

Os pais ganham um aliado contra as mensalidades: o governo do Estado.

2-3. MAI 1987

Educação

Ensino não é mercadoria e escola não é empresa comercial, afirmou ontem o secretário Paulo Salvador Frontini, da Defesa do Consumidor, ao divulgar as medidas que o governo do Estado está adotando para defender os pais e as entidades que lutam contra aumentos abusivos da semestralidade na pré-escola, nas unidades de primeiro e segundo graus e nos cursos livres e universidades.

Frontini observou que, além do atendimento normal das reclamações — e da orientação dada pelos técnicos do Grupo Executivo de Defesa do Consumidor (Procon) —, foi criado ontem o Núcleo de Atendimento Prioritário às Associações de Pais e Mestres. Este núcleo funcionará junto à direção do Procon, com apoio técnico, da Secretaria de Educação, e jurídico, da Procuradoria Geral do Estado, para tratar dos problemas referentes aos custos escolares.

Além disso, a Secretaria de Defesa do Consumidor está propondo que o Conselho Estadual de Educação reexamine as resoluções que determinaram a liberação da semestralidade.

Também para defender a fixação de critérios "de respeito aos direitos constitucionais referentes à educação e garantir a justa-retribuição às escolas, começou a funcionar ontem um grupo de trabalho com membros da Secretaria de Defesa do Consumidor, associações de pais e mestres e movimentos de pais, para subsidiar a Comissão de Encargos Educacionais", disse Paulo Salvador Frontini.

Outra providência anunciada pelo secretário foi o encaminhamento de um amplo e detalhado estudo jurídico ao procurador-geral da Justiça, Cláudio Alvarenga, reivindicando sua análise para a abertura de uma ação civil pública, tendo por objetivo impedir que continuem sendo violados os direitos dos cidadãos que mantêm seus filhos em escolas particulares. Se proposta a ação civil pública, e com a obtenção de medida liminar, as decisões do Conselho Estadual de Educação poderão ser suspen­sas legalmente.

"Esse estudo jurídico considera que o Conselho agiu além de seus limites, permitindo o desencadear de graves conflitos numa área onde o cidadão não tem possibilidade de encontrar alternativas imediatas, nem consegue expressar-se livremente, por temer as consequências psicológicas de instabilidade nos filhos, além dos riscos de expulsão da escola", explica o secretário.

Manifestando a reação dos pais e setores interessados no assunto, a Secretaria de Defesa do Consumidor encaminhará também ao ministro da Educação e ao Conselho Federal de Educação o estudo jurídico que critica as recentes medidas do Conselho Estadual de Educação.

Na verdade, diz Frontini, "a Secretaria de Defesa do Consumidor acredita ser possível reverter esse grave quadro do setor educacional, quanto ao aumento das semestralidades, desde que o movimento esteja bem articulado."